



REPRODUZIMOS as cartas enviadas a entidades linguísticas como a «Associação Galega da Língua» que infelizmente não quis estar presente no Encontro do Rio de Janeiro e também à Real Academia Galega, assim como à Mesa do Parlamento e Governo da Galiza.

Também reproduzimos a pergunta que o deputado D. Camilo Nogueira Roman fez ao Governo sobre a importância de estar na reunião do Rio de Janeiro a Real Academia Galega e ter em consideração o acordo ortográfico que se ia adotar pelos países lusófonos.

No nosso animo está o conseguirmos que as autoridades do nosso país — tanto políticas como educativas, linguísticas e pedagógicas, públicas ou privadas — aceitem a norma comum definida no Rio de Janeiro nas «Bases da Ortografia Simplificada que permitem o pleno desenvol-

volvimento das realizações ou variantes do Sistema Linguístico Comum, a saber: galega, portuguesa e brasileira.

A tal fim há dois anos por meio — até 1988 —, antes de que as «Bases Analíticas da Ortografia Simplificada» entrem em vigor em todos os países lusófonos.

Galiza nada perde, antes ao contrário, se aceitarmos desde já a norma padrão comum que fará florescer a nossa língua, até agora submetida absurdamente ao império da ortografia de outra língua românica limítrofe: a castelhana.

A nossa lusofonia, que não é senão a nossa galeguidade, exige tomar consciência clara da nossa responsabilidade nesta questão da

lingua comum, que é o que constitui a nossa maneira de sermos e estarmos no mundo, com outros países lusofonos.

A «Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Simplificada» está aberta a toda a classe de sugestões e contributos para conseguirmos entre todos a normalização plena da língua própria da Galiza e sua reintegração no mundo lusofono.

A «Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Simplificada»

*
* *

12 de Dezembro de 1985



Excelentíssima Sr.^a Presidente da AGAL
(Associação Galega da Língua)
Ourense

Excelentíssima Sr.^a:

Com a presente enviamos a V.^a Ex.^a o Acordo e Conclusões do IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA LINGUA GALAICOPORTUGUESA celebrado em Pontevedra sob a presidência do prof. Dr. Fernando Alves Cristovão, presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e do prof. Dr. Ricardo Carvalho Calero, da Academia das Ciências de Lisboa e da Real Academia Galega e também membro das Irmandades da Fala, Associação Sociopedagógica Galaicoportuguesa, Associação de Amizade Galiza-Portugal e da entidade que V. Ex.^a preside.

O Acordo adotado ordena constituir uma Comissão que garanta a participação da Galiza no Acordo Ortográfico Lusobrasileiro, atualmente em revisão e cujas próximas reuniões serão em Março-Abril. Consideramos que essa Comissão deve estar integrada também pela «Associação Galega da Língua», digníssima entidade que tem meritos e prestígio suficientes para a finalidade perseguida de normalizar a língua da Galiza dentro da Comunidade Linguística Internacional Galaicolusobrasileira e africana de expressão portuguesa.

Pela nossa parte foram designadas personalidades de diferentes domínios sensibilizadas com a problemática da língua comum e esperamos que a entidade que preside faça o mesmo sem limite algum preestabelecido.

Galiza não pode ficar à margem do Acordo Ortográfico Comum e deixar passar esta oportunidade histórica de regulamentar, unificando-a, a escrita comum do Sistema que hoje é Língua Comum na Galiza, Portugal, Brasil e Países Africanos de Expressão Portuguesa; idioma oficial em 7 nações soberanas em 3 continentes, na CEE e outros organismos internacionais e que pronto ultrapassará os 200 milhões de utentes.

A nossa língua comum é a segunda românica e a terceira internacional em número de falantes e permite a comunicação intercontinental no domínio da ciência, informática, alta tecnologia, sendo uma das mais importantes línguas de cultura do mundo. Mas, a língua da Galiza ficou marginalizada do Sistema Comum e agora pode reintegrar-se ao seu espaço cultural e linguístico próprio sem problema algum.

I N F O R M A Ç Õ E S

Por isso interessamos a colaboração da entidade que preside a fim de todos juntos dirigirmos os escritos correspondentes à Academia das Ciências de Lisboa, Academia do Rio de Janeiro e Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, entre outras entidades, que hão de facilitar a incorporação de Galiza ao Acordo Ortográfico Comum.

Com os nossos melhores cumprimentos, agradecendo curse a todos os socios esta nossa carta,

Pela Comissão
O Presidente das Irmandades da Fala

*
* *

30 de Abril de 1986



Dr. Domingos Garcia Sabell
Excelentissimo Sr. Presidente e Excelentissimos Srs. Academicos
da Real Academia Galega
A Corunha

Excelentissimo Sr.:

Em datas 6 a 12 de Maio proximo tem lugar no Rio de Janeiro uma Conferencia sobre Uniformização da Língua Galegoportuguesa, com intervenção de todos os países lusofonos que têm a nossa língua como oficial: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, assim como a Galiza, que a tem cooficial com a castelhana, segundo as leis fundamentais do nosso Estado.

A Comissão, a que presidem o prof. Guerra Da Cal e os academicos dessa dignissima Corporação Drs. Valentim Paz Andrade e Genaro Marinhos del Valhe, vai estar lá representando a Galiza, embora logicamente como entidade privada não governamental.

Seria de grande importancia que a Real Academia Galega pudesse tambem lá estar representada e é nesse sentido que escrevo a V. Ex.^a e Excelentissimos Srs. Academicos, pois é a entidade à que a lei de normalização vigente, do Parlamento Galego, confere possibilidade de intervenção nestes processos, como um dos criterios de autoridade.

Em duas cartas anteriores explicou-se por membros da Comissão a importancia deste assunto e o interesse de servir a Galiza e sua língua propria nesta ocasião, em que se oferece uma oportunidade realmente historica para normalizarmos de forma definitiva a língua comunitaria entre todos os países lusofonos. Todos eles têm dispensado um grande acolhimento à presença da Galiza na Conferencia do Rio de Janeiro, polo que mais uma terceira vez dirigimos este escrito à Academia Galega com a esperança de que compreenda a necessidade perentoria de nos incorporarmos ao espaço lusofono comunitario.

Na Conferencia do Rio de Janeiro há de uniformizar-se a língua comum galaicolusobrasileira e africana de expressão portuguesa, com respeito das peculiaridades proprias de cada realização do Sistema Linguistico Comum e estabelecer, possivelmente, uma Comissão permanente, para futuras reformas ortograficas.

I N F O R M A Ç Õ E S

Pensamos que a Real Academia Galega deve fazer parte desse processo *ab initio* e que as decisões que lá se adotem hão de ir em benefício do Sistema Linguístico, ajudando à normalização da nossa língua nacional.

Agradecendo uma resposta à nossa sugestão e convite de intervir a Real Academia Galega na Conferencia do Rio de Janeiro — para a qual estaríamos dispostos a deixar mesmo um lugar na nossa Comissão se for necessário — e agradecendo também informe da presente aos Excelentíssimos Srs. Academicos, peço-lhe para aceitar os protestos da mais alta consideração do

Presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal
Pola Comissão

P. S. — Por correio aparte enviamos o Boletim NÓS da Comissão, com trabalhos relativos à Conferencia do Rio de Janeiro, para V. Ex.^a e Excelentíssimos Srs. Academicos.

*
* * *

28 de Abril de 1986



Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo Galego
Dr. Fernandez Albor
Santiago

Excelentíssimo Sr. Presidente

Em data proxima a Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo Ortográfico Lusobrasileiro, que preside o prof. Ernesto Guerra Da Cal, há de assistir à «Conferencia sobre Uniformização da Língua Galegoportuguesa» que terá lugar no Rio de Janeiro.

A Comissão há de intervir no *status* de observador nessa tão importante conferencia à que assistirão os países lusofonos; toda vez que a Real Academia Galega parece ser não aceita assistir — a Comissão cursou vários convites a seu titular, ainda sem resposta — a encontro tão decisivo para o futuro da língua comum, Galiza vai estar representada pola «Comissão para a Integração da Galiza no AOLB». A tal feito, foi redatado e aprovado pola Comissão, tantas vezes citada, um Documento de adesão ao Acordo Ortográfico que no Rio de Janeiro se vai estabelecer e ao que Galiza — Terra Mãe e berço da língua comum — não pode estar alheia.

Considerando que o Governo Galego deve ser informado devidamente de tão importante evento, agradeço conceda uma entrevista à Comissão dirigindo-se a tal feito ao prof. Gil Hernandez — telefone 270604 da Corunha — da Secretaria da Comissão, a fim de informarmos devidamente a V. Ex.^a sobre o interesse de estarmos os Galegos presentes, com os restantes países lusofonos, na elaboração do Acordo Ortográfico Comum que há de fixar a norma ortográfica para Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e outros povos que empregam a nossa língua comunitaria.

I N F O R M A Ç Õ E S

Em aguarda de que tal audiência, dada a transcendência que para a Galiza tem o referido encontro internacional, seja concedida para antes do 6 de Maio proximo, apresento no meu nome proprio e da Comissão os melhores cumprimentos.

Pela Comissão
O Presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal

P.S.—Enviamos a Revista NÓS galaicoportuguesa, boletim da Comissão.

*
* *

28 de Abril de 1986



Excelentissimo Sr. Conselheiro de Cultura
Prof. Alexandrino F. Barreiro
Santiago

Excelentissimo Sr.:

Pendente de uma entrevista solicitada com o Excelentissimo Sr. Presidente do Governo Galego em que a «Comissão para a Integração da Lingua da Galiza no Acordo Ortografico Lusobrasileiro» há de expor a natureza das propostas que vai levar ao encontro que em breve se vai celebrar no Rio de Janeiro com os restantes países lusofonos dirigimo-nos a V. Ex.^a, à vez que juntamos um exemplar da Revista NÓS, Boletim da Comissão acima citada, a fim de que como Ministro de Cultura no nosso país apoie a participação da Galiza na referida conferencia internacional.

V. Ex.^a teve intervenção diretissima na elaboração de umas normas ortograficas dadas a conhecer em 1980, ao interessar do ilustre prof. Carvalho Calero presidisse uma Comissão *ad hoc* que preparasse umas normas ortograficas para a nossa lingua.

Agora Galiza pode intervir, com os restantes países lusofonos, na elaboração de um Acordo Ortografico Comum que vai fixar a ortografia da lingua galegoportuguesa, hoje oficial em sete Estados soberanos, Galiza e tambem lingua oficial de CEE e da OUA, alem de outros organismos internacionais.

Considerar-se-á que essa norma padrão comum que se há de estabelecer na proxima conferencia do Rio de Janeiro vai ser a norma ortografica oficial de todos os países lusofonos, polo que a Galiza não pode ficar marginalizada de tão importante acordo por pertencer, por proprio direito, a esse espaço lusofono de dimensão internacional transcontinental.

Nesse sentido é que solicitamos de V. Ex.^a o maximo apoio para as legítimas pretensões da Comissão que preside o prof. Ernesto Guerra da Cal com outros ilustres vultos da Galiza.

Com os melhores cumprimentos.

Pela Comissão
O Presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal

I N F O R M A Ç Õ E S

28 de Abril de 1986



Excelentíssimo Sr. Conselheiro de Educação
D. Vitor Vasques Portomenhe
Santiago

Excelentíssimo Sr.:

Com a presente enviamos para conhecimento de V. Ex.^a o Boletim da «Comissão para a Integração da Língua da Galiza no AOLB», agradecendo empreste o máximo apoio à nobre causa que a Comissão defende em serviço dos interesses da Galiza.

Considera a Comissão que o Governo Galego deve ser informado adequadamente das ações que há de efetivar na Conferencia Internacional em que se vai fixar uma norma ortografica comum para o espaço cultural e linguístico lusofono a que Galiza pertence por direito próprio e em virtude do génio da língua comum.

Em tal sentido hão de ser informados também outros membros do Governo, além de outras instituições galegas e espanholas, assim como diversas entidades do mundo lusofono.

Agradecendo de antemão a sua atenção, apresento os melhores cumprimentos.

Pola Comissão

O Presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal

*
* *

28 de Abril de 1986



Excelentísimos Srs. Membros da Mesa de Portavozes
da Parlamento Galego
Santiago

Excelentísimos Srs.:

Com ocasião da Conferencia sobre Uniformização da Língua Portuguesa que terá lugar no Rio de Janeiro de 6 a 12 de Maio próximo a «Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo Ortográfico Lusobrasileiro», como entidade privada não governamental, vai apresentar um documento relativamente ao acordo ortográfico que ali se vai debater por todos os países lusofonos, Galiza incluída.

Conscientes da importância que para a língua comum vai ter o Acordo que nessa conferencia se adotar dirigimos o presente escrito à Mesa do Parlamento para que todos os grupos políticos sem exceção tenham conhecimento de evento tão transcendente para a nossa língua comum, hoje já oficial em 7 Estados soberanos, na CEE e na OUA, além de outros organismos internacionais. A Galiza tem como língua própria também essa língua internacional transcontinental embora não se tenha adaptado ortograficamente à norma padrão comum por razões de uma deficiente política linguística que todo o mundo lamenta, nomeadamente filólogos, linguistas, intelectuais, docentes e escritores.

I N F O R M A Ç Õ E S

Agora podem ser retificados erros cometidos e conseguirmos que a Galiza — Terra Mãe e berço da língua comum — entre a fazer parte da comunidade lusófona a que pertence e que o génio da Língua exige. Não em vão a língua própria da Galiza é língua cooficial numa Comunidade Autónoma integrada no Estado espanhol, com o castelhano, ambas línguas com grandes potencialidades presentes e futuras e oficiais também na CEE, como se diz acima, além de outras organizações internacionais.

Por isso, interessamos da Mesa do Parlamento traslade as revistas NOS — Boletim da Comissão — que se adjuntam a cada Grupo Parlamentar, a fim de que sejam conhecedores de tão importante e transcendente encontro internacional, apoiando a intervenção e presença da Galiza na revisão do Acordo Ortográfico Comum que há de fixar a norma padrão para Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e outros povos lusófonos.

Agradecendo a sua atenção e que as Resoluções que o Parlamento Galego adote sejam trasladadas ao Governo Central aos oportunos efeitos, apresento no meu nome próprio e da Comissão os melhores cumprimentos.

Pola Comissão

O Presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal

P.S.—O Secretario da Comissão prof. Antonio Gil Hernandez há de facilitar mais informação a V. Ex.^{as} e Grupos Parlamentares, em entrevista pessoal, se possível nesta mesma semana.



*
* *
INTERPELAÇÃO ORAL AO GOVERNO GALEGO*

Sr. Presidente da Mesa do Parlamento:

O deputado eleito pelo PSG-EG, CAMILO NOGUEIRA ROMAN, integrado no Grupo Parlamentar Misto, de acordo com os direitos que lhe outorga o Regulamento, apresenta a seguinte pergunta, para resposta oral em Comissão, em relação com o cumprimento da disposição adicional da Lei de Normalização Linguística, e a possível assistência da Real Academia Galega à reunião do Rio de Janeiro sobre a reforma ortográfica da família linguística que nos é comum auspiciada pela Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

PERGUNTA:

Segundo a Lei de Normalização Linguística, na sua disposição adicional, «nas questões relativas à normativa, atualização e uso correto da língua galega, estimar-se-á como critério de autoridade o estabelecido pela Real Academia Galega», de tal forma que a «normativa será revisada em função do processo de normalização do uso do galego».

* A transcrição do texto foi feita pela revista, do original (*N. dos E.*).

O sentido comum e a responsabilidade aconselham que a normativa ortográfica do galego e a sua revisão tenham em conta três criterios básicos:

- 1.— O respeito da lingua galega na sua expressão histórica e actual.
- 2.— A busca de coincidências compatíveis com aquele respeito, com as linguas portuguesa e brasileira, como variantes da mesma família linguística universal.
- 3.— A procura do mais amplo entendimento dentro da Galiza, entre os linguistas e os ensinantes, entre todos os organismos e pessoas conhecedoras e preocupadas polo ser e o devir da nossa lingua, com independência das posições últimas que se podam manter.

O equilibrio entre estes três criterios deverá inspirar a acção da Real Academia Galega para garantir o uso correcto e a actualização da nossa lingua nacional.

Neste sentido, a Real Academia Galega não pode ser alheia aos estudos e decisões que tomem as entidades que em Portugal e Brasil, como nos países africanos da mesma família linguística; a mais elementar prudência, e o cumprimento da Lei de Normalização Linguística aconselham a presença da Real Academia Galega em reuniões como a programada para o 6 de Maio deste ano entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

A Real Academia, como o Instituto Galego da Lingua, organismo este que tão meritorio labor leva adiante no conhecimento e resgate da nossa lingua, não podem ser alheios a decisões que aporrem fundamentalmente a família linguística galegoportuguesabrasileira; com independência, incluso, da posição normativa que assumem.

Por este motivo, o deputado realiza a seguinte pergunta ao Governo Galego:

Em que factos concretos se tem materializado o papel da Real Academia Galega, segundo a disposição adicional da Lei de Normalização Linguística?

Que relações existem na actualidade nesse sentido, entre a Junta da Galiza e a Real Academia Galega?

Tendo em conta que um dos pilares para o uso correcto e actualização da normativa do galego é a consideração das soluções adotadas polas Academias de Portugal e Brasil, considera oportuna a assistência da Real Academia Galega à reunião do Rio de Janeiro? Sabe o Governo Galego da assistência da Real Academia Galega a essa reunião?

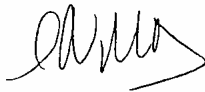
Santiago a 4 de Abril de 1986.

O Deputado



O Portavoz do Grupo Parlamentar Misto

Camilo Nogueira Roman



INFORMAÇÕES